

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Mantega tinha apelido de "Amiga", segundo Zelotes

Valor Econômico - 13/11/2015

Letícia Casado

Relatório do Ministério Público Federal que pede a quebra de sigilo fiscal e bancário do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega ao qual o Valor teve acesso traz uma informação inusitada: seu codinome no grupo que supostamente fraudava julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) era "Amiga". A Justiça autorizou nesta semana a quebra dos sigilos de Mantega e de sua empresa, a Coroado Administração de Bens, entre 2011 e 2015 no âmbito da Operação Zelotes.

Na decisão em que concedeu a quebra dos sigilos, o juiz federal Vallisney Oliveira, responsável pelos autos da Zelotes, escreveu que "os elementos colhidos até agora" sinalizam que Mantega, "a pedido do empresário investigado Victor Garcia Sandri, com participação de José Ricardo da Silva, nomeou o investigado Valmar Menezes como conselheiro do Carf, que teve voto decisivo em favor da empresa supramencionada", o Grupo Empresarial Cimento Penha. Segundo os investigadores, Mantega tem laços "estreitos" de amizade com Sandri, responsável pela Cimento Penha.

O juiz diz que a Coroado, empresa de Mantega, presta serviços de consultoria "a exemplo das demais empresas investigadas na Operação Zelotes". Para o magistrado, os "indícios de possível influência" de Mantega "no resultado do julgamento do referido processo administrativo fiscal" tornam imprescindível a quebra dos sigilos do ex-ministro "para melhor esclarecimento dos fatos".

Segundo o MPF, em 2011 Mantega ajudou o grupo que supostamente manipulava julgamentos do Carf - liderado por José Ricardo da Silva, preso em outubro - ao nomear conselheiros a fim de favorecer o Cimento Penha em julgamento tributário: "Em outras palavras, Mantega tinha efetivo conhecimento de que as nomeações de conselheiros realizadas a partir de julho de 2011 destinavam-se a satisfazer de interesse privado da empresa" Cimento Penha perante a administração fazendária.

O MPF relata e-mail de José Ricardo da Silva a Victor Sandri em junho de 2011 no qual Silva "apresentou relato sobre a visita de Valmar Menezes - agente que o grupo pretendia incluir no Carf, aqui denominado apenas de V - ao gabinete do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, aqui denominado de Amiga". Silva cita Sergio Bath, então assessor especial de Mantega, e Marcelo Fiche, seu chefe de gabinete: "Quando V foi chamado pela Amiga. Sérgio Bath (assessoria especial). Fez sala para o V enquanto esperava a Amiga. Marcelo Fiche (chefe gab da Amiga). Esse passou informação ao atual Secretário (que está

na antiga posição ocupada pelo Carteiro)".

"Com efeito, Marcelo Fiche, descrito como chefe gab da Amiga, à época dos fatos, efetivamente, ocupava o cargo de chefe de gabinete do ministro de Estado da Fazenda", conclui o MPF. Já o codinome Carteiro, segundo os investigadores, refere-se a Otacílio Dantas Cartaxo, então presidente do Carf; e Secretário é menção a Carlos Alberto Freitas Barreto, secretário da Receita, nomeado dias antes para o cargo até então ocupado por Catarxo.

José Roberto Batocchio, advogado de Mantega, diz que a quebra dos sigilos de seu cliente é "uma violência injustificável". Sobre o citado codinome, Amiga, afirma: "Não posso encarar com seriedade". E diz que, como ministro da Fazenda, automaticamente cabia a Mantega referendar os nomes para o Carf. Diz ainda que Mantega não possui "estrito vínculo" com Victor Sandri, e que as acusações não passam de "ilações".

O Estado de S.Paulo

Justiça determina quebra de sigilos de ex-ministro Mantega

O Estado de S. Paulo - 13/11/2015

Relatório do Ministério Público Federal suspeita que economista fraudou processo para beneficiar amigo com o Fisco

Fábio Fabrini / BRASÍLIA

Relatório do Ministério Público Federal afirma que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega nomeou integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para ajudar um empresário amigo a fraudar um processo em tramitação no órgão - espécie de "tribunal" que avalia débitos de grandes contribuintes com a Receita Federal.

Os indícios colhidos pela Procuradoria da República no Distrito Federal embasaram decisão da 10.^a Vara da Justiça Federal, em Brasília, que anteontem determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro - ele chefiou a Fazenda de março de 2006 a dezembro do ano passado, conforme reportagem publicada ontem pelo jornal Folha de S.Paulo. Também foram ordenadas as mesmas medidas em relação a Coroado Administração de Bens, empresa de consultoria e negociação de imóveis em nome do petista. A decisão, do juiz Vallisney de Souza Oliveira, ordena a abertura dos dados entre janeiro de 2011 e outubro deste ano.

Ao pedir as quebras, o Ministério Público Federal se baseou em trocas de mensagens e interceptações telefônicas entre os envolvidos no esquema de corrupção investigado na Operação Zelotes. O objetivo é, a partir dos dados, avaliar se houve recebimento de "vantagem indevida" por Mantega.

Conforme o relatório, obtido pelo Estado, o ex-ministro nomeou em julho de 2011 Valmar

Fonseca de Menezes para a i.a Turma Ordinária da Primeira Câmara do **Carf**. Depois, teria manobrado para que ele e o conselheiro José Ricardo da Silva - outro investigado na Zelotes, atualmente preso - fossem alçados à Câmara Superior do órgão.

Mantega teria agido por influência do empresário italiano Victor Garcia Sandri, que seria seu amigo. Depois das nomeações, supostamente com a ajuda dos conselheiros, o Grupo Comercial de Cimento Penha, que pertence ao empresário, conseguiu abater débito de R\$ 106 milhões em julgamento no **Carf**. "O grupo criminoso em questão, poucos meses antes do julgamento em testilha, logrou inserir pelo menos dois novos conselheiros na Câmara Superior do **Carf**", declarou o procurador da República Frederico Paiva.

Defesas. O advogado de Mantega, José Roberto Batochio, disse que as quebras de sigilo são "uma violência inominável". Também afirmou que a escolha de conselheiros do **Carf** é feita por uma comissão de notáveis do governo e que cabe ao ministro da Fazenda apenas assinar as portarias de nomeação. "O ministro não apita. Só oficializa", alegou.

Batochio ressaltou que, há mais de 20 anos, Mantega vendeu um terreno para Sandri. Depois disso, assegurou, os dois não tiveram mais relações comerciais. A defesa de José Ricardo informou que as acusações são "improcedentes", o que "será demonstrado no momento oportuno". Sandri negou que tenha atuado para emplacar conselheiros e fraudar processo no **Carf** e que seja amigo de Mantega. A reportagem não conseguiu contatar Valmar Menezes.

O Globo

Juiz autoriza quebra de sigilos de Mantega

O Globo - 13/11/2015

PF e MP investigam se ex-ministro teria vínculo com empresa que se livrou de multa

Jailton
BRASÍLIA

de

Carvalho

O juiz da 10ª Vara Federal, Vallisney de Souza Oliveira, autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega a partir de um dos inquéritos da Operação Zelotes, investigação sobre venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam supostos vínculos do ex-ministro com o empresário Victor Sandri, um dos donos do Grupo Comercial Cimento Penha, uma das empresas beneficiadas por decisões suspeitas do **Carf**.

Pelas investigações da Zelotes, o grupo conseguiu se livrar de uma dívida fiscal de R\$ 106 milhões a partir de tratativas intermediadas pela SGR Consultoria Empresarial, uma das empresas que estão no centro das investigações sobre manipulação de decisões do **Carf**. Ao todo, as dívidas da empresa com o fisco somariam aproximadamente R\$ 200 milhões. A PF e o Ministério Público não têm indicativos de que Mantega tenha recebido qualquer

tipo de vantagem material da empresa, mas entendem que é necessário aprofundar a apuração.

Sandri manteria estreitos laços de amizade com o ex-ministro. O empresário também teria ajudado a negociar a eliminação de dívidas fiscais de outras empresas. No mesmo despacho em que autoriza a PF e o Ministério Público a vasculhar as contas do ex-ministro da Fazenda, Vallisney determinou a quebra de sigilo de mais 30 empresas, conforme divulgado ontem pela "Folha de S. Paulo". As investigações fazem parte de um dos 19 inquéritos já abertos pela Polícia Federal para apurar fraudes no **Carf**.

Levy consegue evitar corte da meta fiscal

O Globo - 13/11/2015

Comissão de Orçamento exclui abatimento de R\$ 20 bi do cálculo de 2016. Posição não era unânime no governo

CRISTIANE JUNGLUT

O Ministro da Fazenda convenceu Comissão do Orçamento a manter meta fiscal de 2016 sem prever abatimento. Levy voltou a ser atacado por Lula. - BRASÍLIA- Às custas de um desgaste interno no governo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, obteve ontem uma vitória no Congresso. Ele conseguiu que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) excluísse do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 um abatimento de R\$ 20 bilhões em despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta fiscal. Esse desconto baixaria o superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública) do ano que vem de R\$ 43,8 bilhões, ou 0,70% do Produto Interno Bruto (PIB), para R\$ 23,8 bilhões, ou 0,38% do PIB. O ministro não admitia reduzir a meta de superávit.

Ao longo da semana, o abatimento do PAC em 2016 foi amplamente discutido pela presidente Dilma Rousseff com a Junta Orçamentária, composta pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil. De um lado, Nelson Barbosa (Planejamento) e Jaques Wagner (Casa Civil) argumentavam que será muito difícil para o governo atingir a meta de 0,70%, porque a arrecadação ainda será baixa no ano que vem. Segundo eles, o mecanismo evitaria que o governo tivesse que fazer alterações na meta ao longo do ano, como ocorreu em 2015. Do outro lado, Levy dizia que o abatimento daria ao Congresso e ao mercado uma sinalização ruim em relação ao compromisso fiscal e tornaria ainda mais difícil aprovar medidas como a recriação da CPMF, pois os parlamentares entenderiam que a medida não é essencial para os cofres públicos. Mesmo assim, a presidente Dilma Rousseff preferiu o abatimento.

OPOSIÇÃO AJUDOU MINISTRO

A única concessão feita a Levy foi o valor do desconto. O valor defendido originalmente por Barbosa era de R\$ 30 bilhões e acabou sendo reduzido para R\$ 20 bilhões. Mas

mesmo com o martelo batido por Dilma, o ministro da Fazenda não desistiu. Continuou conversando com os integrantes da CMO até a manhã de ontem para tentar convencê-los a retirar o abatimento da proposta que havia sido negociada com o relator da LDO de 2016, Ricardo Teobaldo (PTB- PE).

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PTRS), ficou sem saber o que fazer. Pressionado por Levy, tentava ganhar tempo e pedia aos assessores que ligassem para Nelson Barbosa, pois a comissão já havia aprovado o parecer do relator prevendo o abatimento. Mas a oposição estendeu a mão a Levy. Um destaque para retirada do PAC da LDO foi apresentado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB- SP) e aprovado.

A amarração do ministro com os parlamentares acabou sendo feita de modo que o Planalto foi obrigado a ceder à ideia da Fazenda: em troca da retirada do abatimento, os parlamentares se comprometeram a não dificultar a votação do projeto que altera a meta fiscal deste ano, considerada urgente pela equipe econômica. Caso ela não seja aprovada até o fim do ano, a presidente pode responder por desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na negociação também entrou o empenho de emendas parlamentares.

- O importante é que o acordo permite avançar na pauta e votar a meta de 2015 - disse o relator da LDO de 2015, deputado Hugo Leal (PROS- RJ).

Integrantes do governo afirmam que Levy está trabalhando para que pelo menos uma parte do esforço fiscal que não foi obtido em 2015 seja garantida em 2016. Mas seus críticos na equipe destacam que ele não está preocupado com o risco de não realizar a meta do ano que vem, pois provavelmente não estará no governo no próximo ano.

LULA SOBRE LEVY: ' NÃO DÁ MAIS'

O ex- presidente Lula tenta emplacar o nome do ex- presidente do Banco Central e presidente do Conselho da J& F Investimentos, Henrique Meirelles, para o lugar de Levy. Ontem, Lula retomou as críticas ao ministro da Fazenda, e a defender a necessidade de mudanças na economia. Em reunião com senadores, Lula disse que o modelo econômico de Levy está "exaurido". O ex- presidente disse a petistas que "Meirelles" é o seu candidato e pediu que outros aliados trabalhem pelo ex- presidente do BC.

A senadores, Lula reiterou que sua preocupação é com a economia sombria em 2016, com alto desemprego e retração do PIB. Segundo um aliado, Lula disse que "não dá mais" para a permanência de Levy .

Os interlocutores do Planalto admitem, porém, que essa campanha de Lula, que ainda não convenceu a presidente Dilma, se intensificou desde que a operação Zelotes - que revelou um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - levou a Polícia Federal a fazer uma operação de busca e apreensão na empresa do filho do ex- presidente.

Técnicos dizem que Meirelles tem perfil tão fiscalista quanto Levy. E lembram que qualquer um que comande a Fazenda terá dificuldades porque o maior problema é a

fragilidade política da própria presidente Dilma.

A comissão também aprovou uma emenda do PSDB que garante recursos para o reajuste dos benefícios do Bolsa Família no próximo ano. "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2016 contemplarão recursos para o Programa Bolsa Família em valor suficiente para assegurar o reajuste de todos os seus benefícios financeiros, de acordo com a taxa de inflação", diz o texto.

Correio Braziliense

Amigo de Lula é convocado na CPI

Correio Braziliense - 13/11/2015

JOÃO VALADARES

O pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vai depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades em contratos e financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O requerimento que pedia sua convocação foi aprovado durante sessão do colegiado realizada na manhã de ontem. Também foram acertados os depoimentos do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco, que firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, e de representantes da empresa do setor siderúrgico Usiminas.

O empresário Eike Batista será ouvido na próxima terça-feira. O presidente da CPI, deputado Marcos Rotta (PMDB-AM), informou que, caso o empresário não compareça, a Polícia Federal será acionada para que ele preste depoimento "ainda que seja de forma coercitiva". Advogados do Eike informaram que o empresário, que deveria chegar ontem ao Brasil, estendeu sua viagem internacional. Ele havia sido convocado para a audiência realizada nesta quinta-feira.

Os integrantes da CPI querem que Bumlai esclareça alguns pontos sobre contratos firmados com o BNDES. Há suspeitas de tráfico de influência e favorecimento. Outro assunto que deve ser abordado é o teor da delação premiada de Fernando Soares, o Fernando Baiano, apontado como o homem do PMDB dentro do esquema de corrupção da Petrobras. A sigla nega.

Baiano confirmou, por exemplo, que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recebeu subornos pela venda de dois navios-sonda da Samsung para a Petrobras. A acusação já havia sido feita anteriormente pelo operador Júlio Camargo, outro colaborador da Polícia Federal e do MINISTÉRIO PÚBLICO. De acordo com o novo delator, uma parte dos valores foi paga em espécie a Cunha, entre R\$ 1 milhão e R\$ 1,5 milhão. Baiano disse ainda que pagou R\$ 2 milhões ao pecuarista José Carlos Bumlai.

O Instituto Lula nega qualquer interferência do ex-presidente em contratos para favorecer Bumlai. Alega que o petista "jamais autorizou que Bumlai ou qualquer pessoa utilizasse

seu nome em qualquer espécie de lobby".

O presidente da Usiminas, Rômel Erwin de Souza, e o presidente do Conselho de Administração da empresa, Marcelo Gasparino da Silva, terão de explicar aos parlamentares da CPI as demissões na unidade de Catalão (SP), mesmo após o recebimento de recursos do banco.

Mantega

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, autorizou, no âmbito da Operação Zelotes da Polícia Federal, a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. A operação investiga fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. O esquema investigado, de acordo com a PF, consistia em pagamento de propina para integrantes do Carf com o objetivo de anular ou reduzir débitos tributários de empresas com a Receita Federal.

Assessor de Palocci sob suspeita

O pagamento de R\$ 2 milhões feito pelo doleiro Alberto Youssef, em 2010, é o caminho que a Operação Lava-Jato trilha para chegar ao suposto uso de dinheiro de propina na campanha da primeira eleição da presidente Dilma Rousseff. O pagamento envolveria um pedido do ex-ministro Antonio Palocci, que foi coordenador da campanha presidencial do PT, e o ex-assessor especial da Casa Civil Charles Capella de Abreu. Youssef detalhou em novo depoimento prestado à Polícia Federal em 29 de outubro o pagamento que fez em dinheiro vivo no Hotel Blue Tree, na Faria Lima, em São Paulo, a um emissário que ele não sabe dizer quem era. A suspeita dos investigadores recai sobre Charles Capella de Abreu.

O Povo - CE

Mantega não escolheu conselheiros, diz defesa

13/11/2015

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega afirmou ontem, por meio de seu advogado José Roberto Batochio, que não participava da escolha dos conselheiros do Carf, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas aplicadas a empresas pela Receita

Federal e é alvo da Operação Zelotes, desencadeada em março.

Segundo o advogado, os nomes eram escolhidos por um "conselho de notáveis", formado por funcionários do Ministério da Fazenda e da Receita Federal, e o ministro apenas assinava as nomeações. De acordo com Batochio, metade dos membros do Carf é indicada pela iniciativa privada, por meio de associações representativas de empresários, e a outra metade é escolhida entre funcionários públicos.

Sigilo bancário Os sigilos bancário e fiscal de Mantega foram quebrados por ordem do juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, responsável pela Zelotes, que acolheu um pedido do Ministério Público Federal.

Empresário italiano nega ter atuado para emplacar conselheiros no Carf

13/11/2015

O empresário italiano Victor Garcia Sandri negou que tenha atuado para emplacar conselheiros e fraudar processo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ele alegou que o processo de nomeação no órgão segue uma liturgia que não permite influências como a descrita no relatório do MPF. O meu relacionamento com o Mantega não permitiria uma conversa dessas. É uma pessoa muito digna. Mandaria me prender , declarou. Nunca tive autonomia para colocar alguém no Carf , acrescentou.

O empresário afirmou que as quebras de sigilo vão demonstrar que não houve pagamento de propina de sua parte no tribunal da Receita: Prisão perpétua se paguei ou recebi algo de alguém

Sandri disse ainda que não é amigo de Mantega. Explicou que o conhece desde a época em que fizeram negócio e mantêm um relacionamento casual . No carnaval de 2007, segundo ele, Mantega apenas aceitou um convite para jantar em sua casa. Não tem amizade. Tem respeito , ressaltou. Nem tenho o telefone dele.

Relatório do Ministério Público Federal (MPF) sustenta que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega nomeou integrantes do Carf para ajudar um empresário amigo a fraudar um processo em tramitação no órgão - espécie de tribunal que avalia débitos de grandes contribuintes com a Receita Federal.

Os indícios colhidos pela Procuradoria da República no Distrito Federal embasaram decisão da 10ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, que na última quarta-feira determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro - ele chefiou a Fazenda de março de 2006 a dezembro do ano passado. Também foram ordenadas as mesmas medidas em relação à Coroado Administração de Bens, empresa de consultoria e negociação de imóveis em nome do petista. A decisão, do juiz Vallisney de Souza Oliveira, ordena a abertura dos dados entre janeiro de 2011 e outubro deste ano.

Ao pedir as quebras, o MPF se baseou em trocas de mensagens e interceptações telefônicas entre os envolvidos no esquema de corrupção do tribunal da Receita , investigado na Operação Zelotes. O objetivo é, a partir dos dados, avaliar se houve eventual recebimento de vantagem indevida por Mantega, o que configuraria a prática de crime de corrupção passiva

Zelotes, a operação esquecida

13/11/2015

A Operação Zelotes, que talvez seja o maior esquema de corrupção do Brasil desde o caso Banestado, está, segundo o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), esquecida. A operação, que teve início em abril de 2014, levou o Ministério Público Federal e a Polícia Federal a analisarem 74 julgamentos suspeitos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os órgãos identificaram, dentro do CARF, um grupo de conselheiros que recebiam, de maneira criminosa, recursos para alterarem decisões. Participavam desse esquema empresas de consultoria, escritórios de advocacia e grandes empresas. No primeiro semestre desse ano, o MPF anunciou que já havia sete situações, totalizando R\$ 6,7 bilhões desviados, que poderiam se transformar em denúncias. Ao todo, o esquema teria desviado mais de R\$ 20 bilhões. "O Ministério Público Federal anunciou que as denúncias seriam feitas em julho e, posteriormente, em agosto. Nós já estamos em

novembro, e as denúncias que envolvem sete grandes empresas, que seriam apresentadas em julho, até agora não o foram", disse o parlamentar. Além disso, o pedido de prisão de 26 pessoas foi negado duas vezes e os mandados de busca e apreensão em grandes empresas até agora não foram cumpridos. "Nós estamos diante de um caso BANESTADO, nós estamos diante de um caso que envolve bilhões de reais de corrupção e de sonegação de grandes empresas do País, e há um silêncio total", lamentou.

Veja Estado de Minas - MG

Mantega no alvo da Zelotes

13/11/2015

Brasília - A Justiça Federal autorizou a quebra do sigilo BANCÁRIO e fiscal do ex-ministro da Fazenda GUIDO MANTEGA a partir de um dos inquéritos da Operação Zelotes, investigação sobre venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A POLÍCIA FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO Federal investigam supostos vínculos do ex-ministro com o empresário Victor Sandri, um dos donos do Grupo Comercial Cimento Penha, uma das empresas beneficiadas por decisões suspeitas do Carf.

Pelas investigações da Zelotes, o grupo conseguiu se livrar de uma dívida fiscal de R\$ 106 milhões a partir de tratativas intermediadas pela SGR Consultoria Empresarial, uma das empresas que estão no centro das investigações sobre manipulação de decisões do Carf. Ao todo, as dívidas da empresa com o fisco somariam aproximadamente R\$ 200 milhões. A PF e o MPF não têm indicativos de que MANTEGA tenha recebido qualquer tipo de vantagem material da empresa, mas entendem que é necessário aprofundar a apuração. O advogado de MANTEGA, José Roberto Batochio, afirmou que o ex-ministro não tem "a menor preocupação" com a investigação, porque a quebra de sigilos "não vai encontrar nenhum movimento" irregular.

Sandri manteria estreitos laços de amizade com o ex-ministro. O empresário também teria ajudado a negociar a eliminação de dívidas fiscais de outras empresas. No mesmo despacho em que autoriza a PF e o MPF a vasculhar as contas do ex-ministro da Fazenda, a Justiça determinou a quebra de sigilo de mais 30 empresas.

O Sul - RS

Justiça de Brasília autoriza quebra do sigilo bancário e fiscal de 30 empresas investigadas na operação Zelotes da polícia federal

O juiz da 10- Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, responsável pela condução dos inquéritos da Operação Zelotes, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de cerca de 30 empresas e pessoas, entre as quais o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. O magistrado acolheu pedidos do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

Segundo apurou o jornal Folha de S.Paulo, a ação é uma tentativa de descobrir se as nomeações de conselheiros do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), vinculado ao Ministério da Fazenda, feitas pelo então ministro, sofreram

interferência ilegal, que poderia ser detectada a partir do mapeamento de transações financeiras de Mantega. O Carf é o órgão responsável pelo julgamento de recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Outra linha de investigação é definir a extensão do relacionamento do ex-ministro com Victor Sandri, cuja empresa, o Grupo Comercial de Cimento Penha, conseguiu reverter no Carf multa de 106 milhões de reais. Há cerca de 20 anos, Mantega vendeu terrenos para uma firma de Sandri, que antes da Zelotes, foi condenado também pela suspeita de interferir em decisões no órgão.